

Dívida paga com miséria é conta paga com democracia até acabar a democracia.

O serviço da dívida externa, com taxas, prazos e margens ditados pelo lado credor, está contratando a miséria e implodindo a democracia. Tanto mais, porque no rastro da dívida externa, acontece a abdicação da soberania nacional. O país endividado acaba literalmente monitorado por um centro de decisão externo chamado FMI que tem a perversa mania de aplicar em país magro o regime de emagrecer país gordo, vulgo recessão corretiva, que nada corrige. O problema é essencialmente político e deve ser equacionado em termos necessariamente políticos. Deixou de ser assunto técnico para banqueiros e financistas, virou arranjo político para bombeiros e estadistas.

Eis o primeiro recado do presidente José Sarney ao plenário da ONU, auditório do mundo.

Segundo Recado: Os programas de "ajustamento", aviados pelo FMI, não fazem distinção de caso e cada caso é um caso. O Brasil, tomado isoladamente, é um "bom risco" econômico e volta a ser, pelos padrões ocidentais, um "bom risco" político. Endividado a perder de vista sem entrar no mérito técnico e político da dívida o Brasil precisa de "espaço cambial" para voltar a crescer. Ou em linguagem decodificada pelos banqueiros, campeões da administração do risco: o Brasil deve voltar a crescer para continuar pagando a dívida no prazo contratado e a juros de mercado.

Pela própria "rationale" do sistema financeiro, o Brasil merece o tratamento diferenciado do "bom risco" e não pode continuar oscilando "entre a ameaça do protecionismo e o fantasma da inadimplência". O discurso do presidente José Sarney carregou a mão na diferenciação do "caso" Brasil.

"Não queremos fazer da dívida uma confrontação ideológica, necessariamente em bloco. Acreditamos no poder criativo da economia de mercado".

Só faltou dizer: A economia de mercado é auto-regulável, deve e pode sair desse "imbróglio" numa muito boa.

O próprio presidente do Brasil fez a ressalva, em bom português: nossa vulnerabilidade de programação econômica é

a elevação espasmódica das taxas de juros internacionais (decisão do credor e não do devedor).

As taxas permanecem no alto e uma nova alta pode destruir os programas de "ajustamento" econômico, fazendo do planejamento nacional um verdadeiro blefe, a dano da imagem pública de uma instituição nacional chamada Governo...

No caso brasileiro, o Governo Sarney terá de pagar, sem renegociação política, cerca de US\$ 52 bilhões em apenas quatro anos, só de juros. Ou seja: vamos desembolsar uma poupança que não temos para tão-somente honrar o custo obscuro da dívida. Com essa sangria de US\$ 52 bilhões, até março de 1989, não vamos resgatar um único dólar da dívida de US\$ 102 bilhões, não vamos comprar, lá fora, um único quilo, litro ou metro de coisa alguma, não vamos realizar uma única obra aqui dentro.

Eis o terceiro recado do discurso do presidente José Sarney, Brasil falando para o mundo: não podemos (e não queremos) pagar o que não devemos. E estamos sendo severamente cobrados pelo que não devemos. O presidente ajustou os óculos:

"É um milagre que o clarão que ilumina a América Latina (especialmente, o Brasil) seja o facho da liberdade e não o da convulsão".

No quarto recado, o presidente José Sarney liga a tomada dos problemas econômicos ao "plug" das saídas soluções políticas:

"A posição do Brasil está tomada. A dívida não nos amarra a qualquer dúvida: optamos pelo crescimento econômico, a despeito da dívida. Não vamos pagar a dívida com recessão, com desemprego e com fome. Para o Brasil e para o mundo, não há solução sem uma reformulação profunda da ordem econômica internacional".

Tradução do colunista:

1) A dívida deve ser paga, mas não com recessão, não é preciso matar a vaca da economia para acabar com o carrapato da dívida:

2) A dívida só pode ser paga em dólar e a única maneira de fazer dólar é com saldo de comércio.

3) Não basta congelar ou rebaixar a taxa de juros, é preciso enobrecer os termos de troca: